COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balanço Patrimonial - AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES DE TAUBATÉ - AME TAUBATÉ - SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECONCI - SP

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP AME TAUBATÉ - Ambulatório Médico de Especialidades de Taubaté CNPJ nº 61.687.356/0045-50 Demonstrações Financeiras Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais) Ativo 2021 Passivo 2022 2021 2022 Circulante Circulante 1.134.392 13.888.381 288.230 Caixa e equivalentes de caixa 684.734 Obrigações trabalhistas e tributárias 832.064 Estoques 7.746.665 Adiantamentos Subvenção governamental para custeio 8.317.237 1.058.435 Despesas antecipadas 20.927 Subvenção governamental para Total do ativo circulante 7.746.665 14.677.738 investimentos 4.394.045 6.400.000 Total do ativo 14.677.738 7.746.665 Total do passivo circulante Ativo compensação 14.677.738 7.746.665 Total do passivo 4.548.963 Patrimônio líquido Total do ativo compensação 4.548.963 Patrimônio social Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais) Total do patrimônio líquido 14.677.738 7.746.665 Total do passivo e patrimônio líquido Passivo compensação Subvenção governamental para Superávit do exercício Resultados abrangentes investimentos aplicados Resultado abrangente total do exercício Total do passivo compensação 4.548.963 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. Relatório Execução Orçamentária - Período 01/01/2022 a 31/12/2022 Saldo de caixa em 31/12/2021 Valor R\$ 7.553.947.51 Demonstrativo dos Repasses Públicos Recebidos Origem dos Recursos: Estadual Valores **Documento** Valores Data prevista para o repasse previstos R\$ de crédito nº Notas de empenho nº Data repassados R\$ 07/01/2022 2022OB00650 2022NE00055 07/01/2022 1.309.873,95 1.309.873,95 07/02/2022 1.670.438,95 08/03/2022 1 861 018 95 08/03/2022 2022OB19023 2022NE00396 21/03/2022 3.012.451,00 3.012.451,00 2.041.913,45 07/04/2022 2022OB22154 2022NE00395 06/04/2022 1.670.438,95 06/05/2022 2.223.721.45 2022OB32401 2022NE00395 06/05/2022 1.861.018.95 07/06/2022 2.396.609,45 2022OB43960 2022NE00395 06/06/2022 2.041.913,45 07/06/2022 32.313,24 2022OB63703 2022NE00700 19/07/2022 32.313.24 2 607 985 45 07/07/2022 2022OB57476 2022NE00395 06/07/2022 2.223.721,45 19/07/2022 07/07/2022 2022OB63694 2022NE00703 155.782,60 155.782,60 07/07/2022 131.366,97 2022OB63703 2022NE00700 19/07/2022 131.366,97 2.396.609,45 05/08/2022 2.607.985,43 2022OB69683 2022NE00700 05/08/2022 05/08/2022 144.195.62 2022OB69683 2022NF00700 05/08/2022 144.195.62 314.181,52 05/08/2022 314.181,52 2022OB77449 2022NE00774 22/08/2022 08/09/2022 2.607.985,42 2022OB81942 2022NE00700 06/09/2022 2.607.985,45 08/09/2022 151.679,00 2022OB81942 2022NE00700 06/09/2022 151.679,00 2.607.985,42 2022OB94402 2022NE00700 06/10/2022 07/10/2022 2.607.985,43 151.679.00 2022OB94402 2022NE00700 07/10/2022 06/10/2022 151.679,00 2.607.985,43 08/11/2022 2022OBA7796 2.607.985,42 2022NE00700 07/11/2022 08/11/2022 151.679,00 2022OBA7796 2022NE00700 07/11/2022 151.679,00 07/12/2022 2.607.985,43 2022OBC2644 2022NE00700 06/12/2022 1.446.165,43 151.679,00 07/12/2022 2022OBC2644 2022NE00700 06/12/2022 151.679,00 Subtotal 25.170.704,89 Receitas com aplicações financeiras dos repasses públicos 1.390.577.46 Outras receitas 17.467,52 Recursos próprios aplicados pela organização social 26.578.749.87 Total das receitas 20.244.316,47 Total das despesas no exercício 2022 lecurso público não aplicado 13.888.380,91 Valor devolvido ao contratante 13.888.380.91 Valor autorizado para aplicação no exercício seguinte Relatório Execução Técnica - Contratado x Realizado - Período 01/01/2022 a 31/12/2022 Consultas Médicas 2° semestre 1° semestre Contratado/Realizado Contratado Contratado Realizado Realizado 6.749 6.726 1.731 14.208 6.708 12.568 Interconsultas 2.027 9.333 6.869 onsultas Subsequentes 13.404 Total 15.326 9.405 40.761 35.305 Consultas Não Médicas 1° semestre 2° semestre Contratado/Realizado Contratado Realizado Contratado Realizado 9.940 26.199 10.800 2.600 126 Total Consultas Não Médicas 4.430 20.740 Cirurgias Ambulatoriais Maiores (CMA) 1° semestre Contratado/Realizado Contratado Realizado Contratado Realizado Cirurgias Ambulatoriais CMA Total 310 2.100 2.166 Cirurgias Ambulatoriais menores (cma) 1° semestre 2° semestre Contratado/Realizado Contratado Realizado Contratado Realizado Cirurgias Ambulatoriais cma 625 2.239 2.610 **SADT Externo** 1° semestre 2° semestre Contratado/Realizado Contratado Realizado Contratado Realizado Radiologia 250 300 189 940 2.560 Endoscopia Ultrassonografia 2.420 3.310 6.716 5.909 1.590 Ressonância Magnética 590 Métodos Diagnósticos em Especialidades 1.180 617 2.614 3.201 5.380 4.488 11.686 13.780 Teleconsulta - Enfermagem 2° semestre 1° semestre Contratado Realizado Contratado/Realizado Contratado Realizado Enfermagem - Acompanhamento 1.840 1.166 Total 1.840 Tratament 1° semestre 2° semestre Realizado

ciação, filantrópica e sem finalidade de lucros, destinado a prestar assistência social, promoção e prevenção à saúde, educação e demais atividades afins à população. Foi declarado de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 63.204 de 03 de setembro de 1968, Lei Estadual nº 22 de 25 de setembro de 1972 e Decreto nº 9.526 de 18 de junho de 1971, alterado pelo Decreto nº 49.794, de 21 de julho de 2008. É portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS - conforme Portaria nº 714. de 03 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 05 de outubro de 2022, parecer técnico nº 348/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/ MS, constante do processo nº 25000.182019/2020-48, que defere a renovação do certificado com validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023. Em 1998, foi promulgado da Lei Complementar nº 846/98 aprovada pela Assembleia Legislativa, o Governo do Estado de São Paulo passou a qualificar entidades filantrópicas para a celebração de Contratos de Gestão com vistas à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde de unidades públicas. Assim sendo, a

entidade foi qualificada pelo Governo do Estado de São Paulo, como Orga-

nização Social de Saúde - "OSS". Em decorrência destas qualificações e da

experiência adquirida ao longo dos anos, a entidade participou de chama-

mento público e foi vencedora no processo de seleção, assumindo a ges-

Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde

Contratado

15

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 (Em Reais)

 Contexto operacional: O Serviço Social da Construção Civil do Estado
 Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis: de São Paulo - SECONCI-SP ("Entidade"), fundado em 20 de março de 2.1. Base de apresentação: Declaração de conformidade: As demons-1964, é pessoa jurídica de direito privado, constituído sob a forma de assotrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 "Entidades sem Finalidade de Lucros" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhetão do Ambulatório Médico de Especialidades Taubaté (AME TAUBATÉ). A cidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 9 - Reconhecimento e mensuração da provisão para contingências. Provisões são constituídas para todas as contin-

Contratado

1.840

Demonstrações de Resultados dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais) 2022 2021 Nota Receitas operacionais 59.758 14.429.487 Receitas de serviços prestados <u>(12.054.462)</u> 2.375.025 Custos de serviços prestados 59.758 Resultado bruto Despesas operacionais (3.782.924) (3.782.924) Administrativas e gerais (97.789) (Déficit) operacional antes do resultado financeiro (1.407.899)(38.031)Resultado financeiro, líquido Receitas financeiras 1.410.496 38.031 Despesas financeiras (2.597)1.407.899 38.031 Superávit do exercício As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais) Superávit

	Patrimônio	do	Patrimônio
	Social	<u>Exercício</u>	<u>Líquido</u>
Saldo em 01/01/2021			
Incorporação do superávit			
do exercício	-	-	-
Superávit do exercício			
Saldos em 31/12/2021	_		
Incorporação do superávit			
do exercício	-	-	-
Superávit do exercício			
Saldos em 31/12/2022			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios			

As notas explicativas são parte integrante da	ıs demonstraçõ	es financeiras.
Demonstrações dos Fluxos de Caix em 31 de Dezembro de 2022 e		
	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionai	s:	
Superávit do exercício	-	-
(Aumento) Redução nos ativos em		
Estoques	(684.734)	-
Adiantamentos	7.662.968	(7.746.665)
Despesas antecipadas	(20.927)	-
Aumento (Redução) nos passivos em		
Fornecedores	846.162	288.230
Obrigações trabalhistas e tributárias	832.064	-
Subvenção governamental para custeio	7.258.802	1.058.435
Fluxo de caixa proveniente utilizado nas		
atividades operacionais	15.894.335	(6.400.000)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Subvenção governamental para		
investimentos	(2.005.954)	6.400.000
Fluxo de caixa líquido proveniente nas		
atividades de investimento	(2.005.954)	6.400.000
Fluxo de caixa de atividades de financiam	ento:	
Amortização de empréstimos	-	-
Ingressos de empréstimos	-	-
Devolução de verbas municipais		
Caixa líquido proveniente das atividades		
de financiamento		
Aumento líquido em caixa e equivalentes		
de caixa	13.888.381	-
Demonstração do aumento do caixa e		
equivalentes de caixa		
No início do exercício		-
No final do exercício	13.888.381	
	13.888.381	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Relatório de Execução - Período 01/12/2022 a 31/12/2022 Nº de consultas ambulatoriais

Nº de exames realizados Patologia clínica Anatomia patológica 1.874 Radiologia 2.744 Diagnóstico por endoscopia 3.538 Diagnóstico por ultrassonografia 12.168 Métodos diagnósticos em especialidades 13.887

gências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos traba-Ihistas e cíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. Principais práticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financei ras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudanca de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". De acordo com o Contrato de Gestão, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade, quer seja custeio ou investimento. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo de até 90 dias, visando a continuidade normal das atividades da Entidade. b. Estoques: Os estoques são mensurados pelo valor de custo de aquisiçao e estao relacionados, principa almente, a medicamento mos ambulatoriais para serem utilizados junto aos pacientes atendidos nos ambulatórios. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração - Imobilizado: Os elementos do ativo imobilizado são reco nhecidos ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. Os bens adquiridos para as unidades públicas administradas pela Entidade no âmbito do contrato de gestão, por se tratarem de bens do Estado de São Paulo são controlados em contas de compensação, da mesma forma que a subvenção para investimentos aplicados. Os ativos imobilizados utilizados nas operações do ambulatório, são bens patrimoniais públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade durante a vigência do Contrato de Gestão são destinados a operacionaliza ção das atividades de serviços de saúde. Visando a formalização da cessão dos bens móveis, anualmente são emitidos os termos de permissão de uso que visam a incorporação dos mesmos a Administração Pública. d. Obriga ções trabalhistas e tributárias: Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos. e. Subvenções governamentais: Quando destinados ao custeio, os recursos são creditados no grupo de conta "Receitas com Contratos de Gestão" no resultado do exercício, para fazer face às despesas incorridas. As subvenções para in vestimentos são reconhecidas como subvenção a aplicar no passivo circulante, sendo reconhecida como recurso de subvenção aplicada no momen to das aquisições dos ativos, as quais são controladas em contas de mpensações. f. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é re conhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo prováve que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos,



em 01 de dezembro de 2021.

Contratado/Realizado

Tratamento em Oncologia -

Quimioterapia (QT) - Sessões

Realizado

1.166

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP AME TAUBATÉ - Ambulatório Médico de Especialidades de Taubaté

CNPJ nº 61.687.356/0045-50

rias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. g. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanco patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são regis tradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. h. Reeita operacional: (i) Receita com contrato de gestão e operacionalização de serviços: A Entidade, qualificada como Organização Social de Saúde, através de Contratos de Gestão, celebra parcerias de gestão de serviço de saúde no âmbito do Estado de São Paulo. A legislação estadual regulamentou as parcerias com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de celebrar Contrato de Gestão de Serviços com a Secretaria de Saúde. Visando o gerenciamento de ambulatórios, as legislações determinaram ainda que estes equipamentos renciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A remuneração do contrato de gestão é definida de acordo com suas características de atendimento, orçamento de custeio préfixado, baseados em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do equipamento e em indicadores de organização do serviço, ou seja, conforme preconizado na contratualização de serviços no SUS, sendo estabelecidas metas quantitaivas (internações e atendimentos ambulatoriais) e metas qualitativas para o acolhimento do usuário SUS, humanização, entre outras. Ao final de cada exercício, é celebrado termos de retificação ao contrato de gestão vigente, em que valor do recurso financeiro (receita) é definido conforme as metas propostas em relação às atividades. i. Receitas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. j. Apuração do resultado: As receitas decorrentes de subvenções do contrato de gestão, custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência. As subvenções decorrentes do contrato de gestão são reconhecidas conforme os va-lores previstos nos contratos celebrados com o poder público. **k. Instru**mentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber do Estado são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber do Estado sem um componente de financiamento significati vo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR ("Valor Justo por meio do Resultado"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber do Estado sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preco da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluros de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR): Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Entidade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é re-conhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços. (iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados na categoria de outros passivos financeiros. Estes, por sua vez, são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de uros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores. (iv) Desreconhecimento: A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. A Entidade também sreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (v) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualnente um direito legalmente executável de compensar os valo intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (vi) Instrumentos financeiros derivativos: A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2022 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de *hedge*. (vii) Redução ao valor recuperável (impairment): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocor reu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haia indicadores de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de nstrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco com taxa de câmbio Risco de liquidez: e · Risco de taxa de juros. A Entidade apresenta infornações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerencia-mento de risco na nota explicativa nº 13 - Instrumentos financeiros. **Estru**tura do gerenciamento de risco: As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de nercado e nas atividades da Entidade

3. Caixa e equivalentes de caixa		
Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	8.395	-
Aplicações financeiras	13.879.986	
Total	13.888.381	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 (Em Reais) quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetá- As aplicações financeiras estão representadas por aplicações de renda fixa em bancos de primeira linha, e buscam rendimentos próximos ao Certifica do de Depósito Interbancário (CDI). Em 2022 o rendimento aproximado foi 101% do CDI, (que eram entre 95% e 98% do CDI em 2021), e podem ser

resgatados a qualquer momento sem perda de sua rentabilidade. 2022 Descrição CDB e aplicações compromissadas 13.879.986

O contrato de gestão foi publicado no Diário Oficial - Poder Executivo em 02 de dezembro de 2021 e o CNPJ desta unidade foi constituído em 03 de janeiro de 2022. O valor de custeio creditado foi R\$ 1.118.193 em 06 de dezembro de 2021 e o valor de investimento creditado foi R\$ 6.400.000 em 13 de dezembro de 2021. Ambos valores foram creditados na conta corrente nº 13.006062-6 Banco Santander. O grupo de contas adiantamentos em 2021 com saldo de R\$ 7.7746.665, foram transferidos em 2022 para conta pancaria específica do contrato de gestão Ame Taubaté

4. Estoques: O estoque é representado principalmente por medicamentos e insumos ambulatoriais. A Entidade não constitui provisão para obsolescência de seus estoques. Sobre o estoque de medicamentos, principalmente, este possui giro médio de até 30 dias, por tratarem-se de unidade que

possuem alia demanda.		
Descrição	2022	2021
Estoque de medicamentos e insumos		
hospitalares	684.734	-
Total	684.734	-

5. Fornecedores: Representado principalmente por valores a pagar relacionados à compra de insumos ambulatoriais, medicamentos e prestação de servicos assistenciais e administrativos

Descrição	2022	2021
Fornecedores	1.134.392	288.230
Total	1.134.392	288.230
6. Obrigações trabalhistas e tributárias		
	2022	2021
Obrigações trabalhistas		
Provisões para férias e encargos	459.658	-
FGTS a recolher	57.668	-
INSS retido na fonte a recolher	78.145	-
Salários a pagar	110.470	
	705.941	
Obrigações tributárias		
IRRF retido na fonte	60.703	-
PIS, Cofins e CSLL retidos na fonte	58.448	-
ISS a recolher	6.972	
	126.123	
Total das obrigações trabalhistas e		
tributárias	832.064	

7. Subvenção governamental para custeio: Representados pelos recebimentos de subvenções para custeio das Secretarias e que serão utilizados nas operações das unidades no exercício seguinte. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é demonstrado assim:

	2022	202 ⁻
AME Taubaté	8.317.237	1.058.435
Total	8.317.237	1.058.435

8. Subvenção governamental para investimento: 8.1. Subvenção governamental a aplicar em investimentos: A título de investimento em obras ou equipamentos, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo por meio do contrato de gestão com a Entidade, realizaram subvenções para investimentos empregados na aquisição de ativos imobilizados, intangível reformas prediais e de estrutura para atendimento. As subvenções governamentais a aplicar são controladas em contas do passivo e no momento que são aplicadas, são controladas em contas de compensações

	2022	2021
AME Taubaté	4.394.045	6.400.000
Total	4.394.045	6.400.000

8.2. Subvenção governamental aplicadas em investimentos: Em atendimento ao Contrato de Gestão firmado entre a Entidade e a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, estabelece que a Entidade deve usufruir apenas do direito de uso dos bens, sendo a propriedade, escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo. Os itens do ativo imobilizado do contrato de gestão são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. A Entidade faz o controle patrimonial em conta de compensação, sem prejuízo das informações econômicas, segue demonstração:

	Imobilizado	Imobilizado
	2022	2021
AME Taubaté	4.548.963	
Total	4.548.963	
9. Provisão para contingências trabalhist	as: Durante o	curso normal de

seus negócios, a Entidade fica exposta a contingências e riscos, que incluem processos judiciais de natureza trabalhista em discussão. A Entidade possui processos trabalhistas em discussão, classificados por

seus assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, cujo montante é de aproximadamente, R\$ 28.970 em 31 de dezembro de 2022, os quais não foram constituídos provisões por entender que há um risco reduzido de perdas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10. Receitas operacionais líquidas

	2022	2021
Contrato de gestão - OSS	14.429.487	59.758
Total	14.429.487	59.758

Contrato de gestão - OSS: A Entidade celebrou contrato de Gestão e Opeacionalização de serviço com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, para administrar a gestão de saúde das Organizações Sociais de Saúde (OSS). Este contrato estabelece prazo de vigência determinado, o orçamento oriundo do gerenciamento de ambulatórios de saúde, aplicadas integralmente nos objetos dos instrumentos celebrados com o Estado.

11. Custos de serviços prestados e despesas operacionais

, .	2022	2021
Pessoal, benefícios e encargos	(5.703.073)	(4.078)
Serviços de terceiros	(6.853.760)	(93.527)
Materiais e medicamentos	(2.515.266)	` <u>-</u>
Administrativas e gerais	(765.287)	(184)
•	(15.837.386)	(97.789)
Classificados como:	,	` ,
Custos de serviços prestados	(12.054.462)	-
Despesas operacionais	, ,	
Administrativas e gerais	(3.782.924)	(97.789)
-	(3.782.924)	(97.789)
	(15.837.386)	(97.789)
12. Resultado financeiro, líquido: Os	encargos financeiros e	as variaçõe

monetárias apropriadas ao resultado estão demonstrados como seguen 2021 2022 Receitas financeiras

Rendimentos aplicações 1.410.496 38.031 1.410.496 38.031 Despesas financeiras (2.597)Despesas financeiras (2.597)1.407.899 Total receita financeira líquida 38.031

13. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Entidade, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso o Estado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

ue 2022 (EIII neals)			
1	Nota	2022	2021
- Caixa e equivalentes de caixa	3	13.888.381	_
i Total		13.888.381	

b. Risco de liquidez: Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações asso ciadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moe das pela posição líquida, bem como os ativos financeiros que são utilizados para gerenciar este risco.

	vencimentos - 2022			
	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	
ornecedores	5	1.134.392	1.134.392	
		Vencimentos - 2		
	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	
ornecedores	5	288.230	288.230	

Fornecedores

c. Risco de mercado e taxa de juros: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos fi nanceiros. Essas oscilações de precos e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **d. Política de gestão de capital:** A Entidade possu uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. e. Hierarquia do valor justo: A Entida de classifica seus ativos financeiros em: i) custo amortizado e ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O resumo da classificação é como segue: Hierarquia de valor justo: A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financei

Ativos	Classificação	2022	2021
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	13.888.381	-
Total ativo		13.888.381	
Passivos	Classificação	2022	2021
Passivos Fornecedores	Classificação Custo amortizado		2021 (288.230)

líquidos 12.753.989 (288.230) 14. Tributos e contribuições (renúncia fiscal): Em atendimento ao iten 27, letra "c" da Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021: • IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: • CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; • Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; • INSS - Contribuição Previdenciária Cota Patronal; • PIS - Programa de Integração Social (sobre folha de pagamer to); e · ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. 14.1. IRPJ Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido): Em virtude de ser uma entidade filantrópica e sem fins lucrativos, esta goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o artigo 181 do Decreto nº 9.580 de 22 de novembro de 2018 e artigo nº 150, inciso VI, alínea C, da Constituição Federal de 1988 e Lei nº 5.172/66 Código Nacional Tributário - CTN artigos 9º e 14º. 14.2. Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridades Social: A Medida Provisória nº 2.158 de 24 de agosto de 2001, em seu artigo nº 14, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da Cofins as receitas relativas às atividades próprias a que se refere o artigo nº 12 da Lei nº 9.532 de 1997: todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinados ao custeio e manutenção da Entidade e execução de seus objetivos estatuários, mas que não tenham cunho contrapresta-cional, estando, no seu entendimento, sujeito à Cofins as receitas que não apresentam essas características. A administração da Entidade entende que todas as suas receitas, incluindo as outras receitas operacionais e as receitas financeiras, decorrem de suas atividades próprias e, portanto, não estão sujeitas à referida contribuição, 14.3, ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza: A Entidade possui unidades de operação em diversos municípios do Estado de São Paulo. Para cada unidade, a Entida de ingressa com solicitação de imunidade junto a Prefeitura local, que pode ser concedida por prazo indeterminado ou determinado. A Entidade, base-ado na opinião de seus consultores jurídicos internos e em sua experiência anterior em processos semelhantes, não efetuou nenhum tipo de provisão de ISSQN em função de não esperar nenhum tipo de perda na resolução ses processos de solicitação de imunidade. 14.4. INSS - Contribuição Previdenciária - Imunidade das contribuições sociais: A Entidade é imune de Contribuições para a Seguridade Social com base nos artigos

15. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social CEBAS: Em 27 de novembro de 2009, entrou em vigor a Lei nº 12.101/09 que altera a Lei nº 8.742/93, revoga dispositivos das Leis nº 8.212/91 9.429/96, 9.732/98, 10.684/03 e medida provisória nº 2.187-13 de 24 de agosto de 2001; e que por fim foi revogado pela Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021. As alterações promovidas visam, principal mente, o processo e regulamentação da certificação das entidades benefi centes e a imunidade de contribuições para a seguridade social concedida como entidades beneficentes com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de saúde, assistência social e educação. Com o advento da nova legislação, os processos da entidade foram direcionados para o Ministério Saúde. Considerando a competência prevista no artigo 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organi zação e o funcionamento do Sistema Único de Saúde: e considerando o Parecer Técnico nº 348/2022-CGCER/DCEBS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.182019/2020-48, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Artigo 1º ferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentua mínimo de 60% do serviço do SECONCI-SP com sede em São Paulo. A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistên cia Social - CEBAS perante o Ministério da Saúde, cujo último deferimento ocorreu conforme portaria nº 714, de 03/10/2022, publicada no Diário Ofi cial da União (DOU) em 05/10/2022, a renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023. A Entidade vem ater dendo aos requisitos estabelecidos pela Lei, chamada "Lei da Filantropia" e às demais regulamentações vigentes, e a obrigatoriedade de apresenta tempestivamente, o relatório de atividades e os documentos exigidos pele Ministério da Saúde

nº 150, VI, C e 195, da Constituição Federal de 1988 e os artigos 3º e 4º da

Lei Complementar nº 187, de 17/12/2021, que revoga a Lei nº 12.101, de

27 de novembro de 2009

16. Avais, fianças e garantias: A Entidade não prestou garantias ou par ticipou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

17. Seguros (não auditado): A Entidade mantém, em 31 de dezembro de 2022, os seguintes contratos de seguros a valores considerados compatíveis, pela Administração, com os riscos envolvidos: • Multirrisco: Cobertura dos prédios, maquinário, equipamentos, móveis e utensílios e estoques contra: roubo e furto qualificado, quedas de raio, danos elétricos, incêndio explosão, vendaval, granizo, impacto de veículo, desmoronamento total ou



Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP AME TAUBATÉ - Ambulatório Médico de Especialidades de Taubaté

CNPJ nº 61.687.356/0045-50 Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 (Em Reais)

ponsabilidade Civil de Administradores e Diretores: Responsabilidade

parcial, responsabilidade civil operações, perda de aluguel, vazamento de civil de administradores e diretores, extensão automática para cobertura indenizações ao segurado ou diretamente a terceiros, das quantias pelas tanques e tubulações, equipamentos estacionários e arrendados e lucros de novas subsidiárias, adquiridas ou constituídas durante a vigência da quais o segurado vier a ser responsável civilmente em ação de responsacessantes; • Responsabilidade Civil Profissional: Danos materiais e apólice, gerenciamento de crises, despesas de publicidade a danos a rebilidade contra a entidade. morais nos hospitais e ambulatórios, através dos seus médicos, dentistas, putação, reclamações resultantes de erros e omissões na prestação de enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem e demais empregados serviços profissionais da Entidade, danos ambientais, reclamações feitas no exercício da sua profissão estendendo aos serviços terceirizados; • Res- pelo governo e demais órgãos regulamentadores, questões tributárias; e • Responsabilidade Civil Geral: Tem por objetivo garantir o pagamento de

Diretoria

Maristela Alves Lima Honda Conselheira Presidente

Paulo Roberto Simon Carrion - Contador CRC 1SP 155005/O-4



